

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
Cafelândia - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 4 de fevereiro de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC - PR 051818/O-7
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 410.638 mil, aumento de 11,10% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 191.834 mil, com evolução de 11,36% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 177.327 mil, representando 90,06% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 15.541 mil, compondo 7,89% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 4.029 mil ou 2,05% do total (NE 06c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 311.790 mil em dezembro de 2015, com incremento de 12,42% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 189.846 mil, com crescimento de 9,06% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 23,46% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 50.613 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 70.959 mil, tendo um aumento de 14,63% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade a legislação em vigor.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, permanecendo abaixo da meta estimada o Patrimônio Líquido e o Resultado antes das Destinações, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	17.673	21.455
Carteira de Crédito *	168.864	182.618
Depósitos	172.307	240.459
Patrimônio Líquido	74.988	70.959
Capital	31.365	41.037
Resultado Antes das Destinações	11.003	8.891
Rentabilidade do PL	14,67%	12,53%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

3. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento do risco operacional, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central. Nas Cooperativas Centrais, o tema está sob a responsabilidade do Diretor de Supervisão; e, nas Cooperativas de Crédito filiadas, o tema está sob a responsabilidade do Diretor de Operações ou Diretor Executivo.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do Bacen, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Superintendência de Crédito e Risco de Crédito do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria Executiva de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	339.342	311.279	CIRCULANTE	158.173	128.256
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.911	3.609	DEPÓSITOS (NOTA 10)	70.570	50.406
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	188.421	174.794	Depósitos à Vista	50.613	40.994
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	5	8	Depósitos a Prazo	19.957	9.412
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	291	132	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	68.490	61.849
Correspondentes no país	165	180	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	339
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	187.960	174.474	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	68.489	61.510
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	136.412	125.703	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	372	359
Operações de Crédito	142.033	130.680	Recursos em Trânsito de Terceiros	372	359
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.621)	(4.977)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	5.572	5.434
OUTROS CRÉDITOS	8.366	6.825	Empréstimos País - Outras Instituições	5.572	5.434
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	34	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.169	10.208
Rendas a Receber	1.732	2.311	Cobrança e Arrecadação de Tributos	69	44
Diversos (NOTA 07)	6.697	4.560	Sociais e Estatutárias	1.045	867
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(97)	(46)	Fiscais e Previdenciárias	464	662
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.232	348	Diversas (NOTA 13)	11.591	8.635
Outros Valores e Bens	1.219	343			
Despesas Antecipadas	13	5			
NÃO CIRCULANTE	71.296	58.348	NÃO CIRCULANTE	181.506	179.470
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	48.666	39.158	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	181.506	179.470
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.400	-	DEPÓSITOS (NOTA 10)	169.889	164.666
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.400	-	Depósitos a Prazo	169.889	164.666
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	46.206	39.038	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.697	7.032
Operações de Crédito	49.802	41.592	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	3.697	7.032
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.596)	(2.554)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.920	7.772
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	60	120	Diversas (NOTA 13)	7.920	7.772
Diversos	60	120			
PERMANENTE	22.630	19.190	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.959	61.901
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)	11.811	11.639	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	41.037	35.301
Outros Investimentos	11.811	11.639	De Domiciliados no País	41.415	35.927
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)	9.151	6.446	(Capital a Realizar)	(378)	(626)
Imóveis de Uso	2.150	2.150	RESERVAS DE SOBRAS	28.240	24.307
Outras Imobilizações de Uso	9.890	6.528	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.682	2.293
(Depreciação acumulada)	(2.889)	(2.232)			
INTANGÍVEL (NOTA 09b)	1.668	1.105			
Outros Ativos Intangíveis	2.720	1.915			
(Amortização acumulada)	(1.052)	(810)			
TOTAL DO ATIVO	410.638	369.627	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	410.638	369.627

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentada - nota 02)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.108	-	20.108	37.044	-	37.044	29.914	-	29.914
Operações de Crédito	20.048	-	20.048	36.973	-	36.973	29.898	-	29.898
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	43	-	43	44	-	44	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	17	-	17	27	-	27	16	-	16
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.901)	(241)	(18.142)	(35.429)	(406)	(35.835)	(21.956)	(323)	(22.279)
Operações de Captação no Mercado	(12.732)	(13)	(12.745)	(23.255)	(24)	(23.279)	(12.489)	(13)	(12.502)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.848)	(228)	(3.076)	(5.530)	(382)	(5.912)	(4.232)	(310)	(4.542)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.321)	-	(2.321)	(6.644)	-	(6.644)	(5.235)	-	(5.235)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.207	(241)	1.966	1.615	(406)	1.209	7.958	(323)	7.635
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2.372	2.301	4.673	4.065	3.518	7.583	(1.335)	2.820	1.485
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.845	2.158	4.003	3.454	4.352	7.806	2.951	3.715	6.666
Rendas de Tarifas Bancárias	853	1	854	1.667	1	1.668	1.435	-	1.435
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.258)	(494)	(6.752)	(11.891)	(811)	(12.702)	(8.120)	(593)	(8.713)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(5.500)	(631)	(6.131)	(10.749)	(1.007)	(11.756)	(7.502)	(863)	(8.365)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(9)	(108)	(117)	(50)	(221)	(271)	(72)	(190)	(262)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	14.503	1.591	16.094	27.146	1.539	28.685	16.094	1.017	17.111
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(3.062)	(216)	(3.278)	(5.512)	(335)	(5.847)	(6.121)	(266)	(6.387)
RESULTADO OPERACIONAL	4.579	2.060	6.639	5.680	3.112	8.792	6.623	2.497	9.120
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	44	11	55	123	(24)	99	1.937	(4)	1.933
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.623	2.071	6.694	5.803	3.088	8.891	8.560	2.493	11.053
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.623	2.071	6.694	5.803	3.088	8.891	8.560	2.493	11.053
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.088	(3.088)	-	2.493	(2.493)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.623	2.071	6.694	8.891	-	8.891	11.053	-	11.053
DESTINAÇÕES	-	-	-	(7.209)	-	(7.209)	(8.760)	-	(8.760)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15 b)	-	-	-	(2.996)	-	(2.996)	(2.550)	-	(2.550)
Fates - Estatutário (Nota 15 c)	-	-	-	(280)	-	(280)	(382)	-	(382)
Reserva Legal - Doação	-	-	-	-	-	-	(800)	-	(800)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15 c)	-	-	-	(3.645)	-	(3.645)	(4.968)	-	(4.968)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(288)	-	(288)	(60)	-	(60)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.682	-	1.682	2.293	-	2.293

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	29.474	18.479	1.805	49.758
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.803	-	(1.803)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.310	-	-	2.310
Baixas de capital	(447)	-	-	(447)
Resultado do período	-	-	11.053	11.053
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(382)	(382)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.968	(4.968)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.161	-	(2.550)	(389)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 16)	-	800	(800)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	60	(60)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	35.301	24.307	2.293	61.901
Mutações do Período	5.827	5.828	488	12.143
Saldos no início do período em 01/01/2015	35.301	24.307	2.293	61.901
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.286	-	(2.286)	-
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.501	-	-	1.501
Baixas de capital	(998)	-	-	(998)
Resultado do período	-	-	8.891	8.891
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(280)	(280)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.645	(3.645)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.947	-	(2.996)	(49)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	288	(288)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	41.037	28.240	1.682	70.959
Mutações do Período	5.736	3.933	(611)	9.058
Saldos no início do período em 01/07/2015	38.035	24.307	2.197	64.539
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	678	-	-	678
Baixas de capital	(623)	-	-	(623)
Resultado do período	-	-	6.694	6.694
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(280)	(280)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.645	(3.645)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.947	-	(2.996)	(49)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	288	(288)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	41.037	28.240	1.682	70.959
Mutações do Período	3.002	3.933	(515)	6.420

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.123	11.414	11.243
Resultado do exercício	6.694	8.891	11.053
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.571)	2.523	190
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.672)	1.686	(151)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	29	51	16
Depreciação do imobilizado de uso	515	942	622
Amortização do intangível	145	242	216
Baixas do ativo permanente	124	124	19
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	9	9	(7)
Destinações ao FATES	(280)	(280)	(382)
Dividendos SicrediPar	(441)	(251)	(143)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(23.210)	10.075	73.053
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	1.930	3	187
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(228)	(159)	(73)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(37)	14	(53)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(15.401)	(19.563)	(29.798)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(5.310)	3.306	17.455
(Aumento) Redução em outros créditos	(239)	(1.281)	(1.887)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(758)	(883)	224
Aumento (Redução) em depósitos	(6.969)	25.386	83.954
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(61)	14	83
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	373	138	835
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(382)	(490)
(Redução) Aumento em outras obrigações	3.490	3.482	2.616
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(18.087)	21.489	84.296
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.400)	(2.400)	-
Aquisição de Investimentos	-	(172)	(2.115)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.125)	(3.771)	(5.356)
Aplicações no Intangível	(391)	(805)	(403)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.916)	(7.148)	(7.874)
Integralização de capital	678	1.501	2.310
Baixa de capital	(623)	(998)	(448)
Juros ao capital próprio	(50)	(49)	(389)
Distribuição de Sobras	-	(7)	(2)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	5	447	1.471
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(22.998)	14.788	77.893
Caixa e equivalente de caixa no início do período	215.868	178.083	100.190
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	192.871	192.871	178.083

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2016.

a) – Reapresentação dos valores correspondentes apresentados de forma comparativa

As provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social divulgadas nas demonstrações de 31 de dezembro de 2014 foram revertidas e estão reapresentadas no grupo Outros Ingressos e Receitas Operacionais para fins de comparação na Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício de 2015, conforme previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 23. Os valores que foram alterados estão a seguir indicados:

Descrições	31 de dezembro de 2014		
	Reapresentado	Ajuste pró forma	Saldo original divulgado em 2014
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	17.111	-	17.523
Provisão para Imposto de Renda	-	252	(252)
Provisão para Contribuição Social	-	160	(160)

valores em milhares de Reais

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4.911	3.609
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	187.960	174.474
Total	192.871	178.083

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.400	2.400	-
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	2.400	2.400	-

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	64.683	36.162	100.845	83.456
Financiamentos	8.251	9.879	18.130	19.103
Financiamentos rurais e agroindustriais	69.099	3.761	72.860	69.713
Carteira total	142.033	49.802	191.835	172.272

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.614	13.689	26.449	27.874	69.626	66.459
Rural	437	3.874	64.788	3.761	72.860	69.713
Industrial	56	781	923	2.394	4.154	2.736
Comércio	388	8.033	9.500	8.111	26.032	18.704
Outros Serviços	525	4.848	6.128	7.662	19.163	14.660
Total	3.020	31.225	107.788	49.802	191.835	172.272

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	117.655	36.963	588	185
Nível B	1,00	45.565	110.868	456	1.109
Nível C	3,00	14.107	13.360	423	401
Nível D	10,00	8.848	7.035	885	704
Nível E	30,00	2.907	1.077	872	323
Nível F	50,00	2.962	1.858	1.481	929
Nível G	70,00	824	1.815	577	1.271
Nível H	100,00	4.029	2.642	4.029	2.642
Total (i)		196.897	175.618	9.311	7.564

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 20,44% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	34	-	34	-
Devedores por compra de valores e bens	60	60	120	180
Títulos e créditos a receber	4.908	-	4.908	3.166
Total	5.002	60	5.062	3.346

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	10.799	7.639
Lançadas contra prejuízo (i)	10.786	8.447
Recuperadas de prejuízo (i)	2.739	800

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	29	-	29	56
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	859	-	859	830
Devedores por compra de valores e bens	60	60	120	180
Devedores por depósitos em garantia	19	-	19	17
Impostos e contribuições a compensar (ii)	501	-	501	210
Títulos e créditos a receber	4.908	-	4.908	3.166
Devedores diversos - País	321	-	321	221
Total	6.697	60	6.757	4.680

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 859 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 828 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

(ii) Do saldo da conta de Impostos e contribuições a compensar, o valor de R\$ 232, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	1.150	230
Veículos e afins	24	113
Bens em regime especial	45	-
Subtotal Bens não de uso próprio	1.219	343

Despesas antecipadas	13	5
----------------------	----	---

Total Outros Valores e Bens	1.232	348
-----------------------------	-------	-----

valores em milhares de Reais

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
	Cooperativa Central Sicredi (i)	6.065
Sicredi Participações S.A. (i)	5.745	5.618
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	11.811	11.639

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	1.859.106 ON	1.817.881 ON	1	1	6.064.699	6.020.038
	3.886.084 PN	3.800.198 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,71%	0,74%	0,72%	0,74%	3,92%	3,94%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	5.745	5.618	1	1	6.065	6.020

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	395	-	395	172
Terrenos	-	2.150	-	2.150	2.150
Instalações	10%	4.166	- 929	3.237	1.688
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.844	- 823	2.021	1.217
Sistema de comunicação	10%	73	- 31	42	43
Sistema de processamento de dados	20%	1.907	- 826	1.081	866
Sistema de segurança	10%	194	- 89	105	124
Sistema de transporte	20%	311	- 191	120	186
Imobilizado de Uso (i)	-	12.040	- 2.889	9.151	6.446

Intangível (ii)	2.720	- 1.052	1.668	1.105
Investimentos Confederação	2.720	- 1.052	1.668	1.105
Total	2.720	- 1.052	1.668	1.105

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	50.613	-	-	50.613	40.994
Depósitos a prazo	15.883	4.074	169.889	189.846	174.078
Total	66.496	4.074	169.889	240.459	215.072

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	68.489	3.697	72.186	68.542
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	68.489	3.697	72.186	68.542
Total	68.489	3.697	72.186	68.542

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 01/01/2016 até 20/02/2019.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	5.572	-	5.572	5.434
Cooperativa Central Sicredi	5.572	-	5.572	5.434
Total	5.572	-	5.572	5.434

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041572% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	1.741	-	1.741	1.553
Obrigações por convênios oficiais	3	-	3	2
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	90	-	90	39
Provisão para pagamentos a efetuar	2.693	-	2.693	1.967
Provisão para passivos contingentes (i)	1.110	-	1.110	1.230
Credores diversos - país (iii)	5.954	-	5.954	3.844
Outras dívidas subordinadas (ii)	-	7.920	7.920	7.772
Total	11.591	7.920	19.511	16.407

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 1.098 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em julho de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi S/A com o objetivo de alavancar as operações de crédito .

(iii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	2.103	1.479
Agenda cartão Visa a pagar	1.782	1.205
Outros	2.069	1.160
Total	5.954	3.844

valores em milhares de Reais

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Cível	3	12	- 3	12
Total	3	12	- 3	12

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Possível	30	-	-
Cível	Provável	12	12	3
Cível	Possível	109	-	-
Tributária	Possível	3	-	-
Total		154	12	3

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	41.037	35.301
Total de associados	21.455	17.479

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Capital, no montante de R\$ 2.996 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 65% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 91 mil (R\$ 1.109 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº 4.434/15).

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	187.960	174.474
Rendas a receber	-	9
Diversos (Nota 07)	894	836
Investimentos (Nota 09a)	6.065	6.020
Intangível (Nota 09b)	1.668	1.105
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	5.572	5.434
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota 13)	205	157
Credores Diversos (Nota 13)	170	235
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	25.408	14.845
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	687	525
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	425	315
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 19)	3.682	4.209

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	211	0,42%	169
Pessoas físicas	211		169
Depósitos a prazo	628	0,33%	463
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	628		463
Operações de crédito	1.091	0,57%	2.063

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	593	501

valores em milhares de Reais

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 24.721 mil (R\$ 14.320 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 2.733 mil (R\$ 2.030 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 393 mil (R\$ 389 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 586 mil (R\$ 288 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados (i)	113.434	105.849
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	56.801	61.811
Pronaf	33.621	29.717
Outras coobrigações	23.012	14.321
Total	113.434	105.849

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Davi de Oliveira Fonseca Rodrigues
Diretor Executivo
CPF: 302.257.308-12

Antonio Alberto Soares
Contador
CRC: PR-045973/O-9
CPF: 025.534.939-40